

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MAC ALLISTER PHILIPPE DA SILVA SANTOS
VANDERSON MACHADO DE MELO

**ANÁLISE DE BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO
RESULTADO DO EXERCÍCIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS
ANTES E APÓS A PRIVATIZAÇÃO**

Maceió
2021

MAC ALLISTER PHILIPPE DA SILVA SANTOS
VANDERSON MACHADO DE MELO

**ANÁLISE DE BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO
RESULTADO DO EXERCÍCIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS
ANTES E APÓS A PRIVATIZAÇÃO**

Monografia apresentada para
aprovação do Trabalho de
Conclusão de Curso como
requisito final de obtenção do
grau de Bacharel no curso de
Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Edilson dos
Santos Silva

Maceió
2021

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237a Santos, Mac Allister Philippe da Silva.

Análise de balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício da Companhia Energética de Alagoas de Alagoas após a privatização / Mac Allister Philippe da Silva Santos, Vanderson Machado de Melo. – 2021.
34 f. : il.

Orientador: Edilson dos Santos Silva.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 32-34.

1. Balanço (Contabilidade). 2. Privatização. 3. Demonstrações contábeis. I. Melo, Vanderson Machado de. II. Título.

CDU: 657.3

RESUMO

A Análise de Balanço é uma importante ferramenta para obtenção de informações econômico-financeiras da empresa, pois através dela obtém-se o diagnóstico das decisões da empresa no período analisado e suas consequências. Diante disto, este trabalho tem o objetivo geral de aplicar os métodos da Análise das Demonstrações Contábeis na apuração dos resultados da Equatorial Energia Alagoas S/A antes e após a privatização através da Análise Vertical e Análise Horizontal, além de apresentar os indicadores que demonstram a capacidade de pagamento da entidade e sua situação financeira nos exercícios em análise. Quanto a metodologia empregada, consiste na pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental de caráter descritivo, pois tem como objetivo descrever as características de determinado fenômeno, além de ser quantitativa-descritiva, onde são aplicadas investigações de pesquisa empírica com a finalidade de análise das características de fatos ou fenômenos. Com a aplicação dos métodos e índices de análise de balanços foi possível verificar dados como a capacidade de pagamento da entidade e a sua posição econômico-financeira no período analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Análise, Balanço, Privatização, Demonstrações.

ABSTRACT

The Balance Sheet Analysis is an important tool for obtaining economic and financial information of the company, because through it we obtain the diagnosis of the company's decisions in the analyzed period and its consequences. In view of this, this work has the general objective of applying the methods of Accounting Statement Analysis in the calculation of the results of Equatorial Energia Alagoas S/A before and after privatization through Vertical Analysis and Horizontal Analysis, in addition to presenting the indicators that demonstrate the entity's ability to pay and its financial situation in the years under analysis. As for the methodology employed, it consists of bibliographic research and documentary research of a descriptive nature, as it aims to describe the characteristics of a certain phenomenon, besides being quantitative-descriptive, where empirical research investigations are applied with the purpose of analyzing the characteristics of facts or phenomena. With the application of the methods and indexes of balance sheet analysis it was possible to verify data such as the entity's payment capacity and its economic-financial position in the analyzed period.

KEYWORDS: Analysis, Balance Sheet, Privatization, Demonstrations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama	5
Figura 2 – Balanço Patrimonial	8
Figura 3 – Critérios de Avaliação dos Ativos e Registro dos Passivos	9
Figura 4 – Demonstração do Resultado do Exercício	194
Figura 5 – Processo de Tomada de Decisão.....	195
Figura 6 - Exemplo de Análise Horizontal	19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise Horizontal.....	24
Tabela 2 - Análise Vertical	25
Tabela 3 - Resultado do exercício	26
Tabela 4 - Resultado do exercício médio antes e depois da privatização	26
Tabela 5 - Receita operacional líquida media antes e depois da privatização.....	26
Tabela 6 - Receita operacional líquida x Custo operacional	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ativo Circulante
ANC	Ativo Não Circulante
BP	Balanço Patrimonial
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CEAL	Companhia energética de Alagoas
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DLPA	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
PC	Passivo Circulante
PCT	Participação de Capital de Terceiros
PNC	Passivo não Circulante
RPL	Retorno Sobre o Patrimônio Líquido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos	2
1.1.1 Objetivo Geral	2
1.1.2 Objetivos Específicos.....	2
1.2 Justificativa	2
2 REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1 Contabilidade.....	4
2.2 Demonstrações Contábeis.....	6
2.2.1 Balanço Patrimonial (BP)	7
2.3 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	12
2.4 Análise das demonstrações contábeis.....	14
2.4.1 Técnicas de Análise das Demonstrações Contábeis	17
2.4.2 Análise Horizontal e Análise vertical	18
2.4.4 Análise Através de Índices.....	20
3 Metodologia.....	22
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	23
3.1 Análise vertical e horizontal.....	24
3.2 Análise Através de Índices	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29

1 INTRODUÇÃO

O fornecimento de energia elétrica é um serviço essencial para o desenvolvimento da sociedade, e nos dias de hoje também é classificado como essencial para garantir a dignidade da pessoa humana.

Na primeira metade dos anos 1990 se iniciou o processo de privatização do setor elétrico brasileiro, esse processo desencadeia diversos posicionamentos e especulações acerca dos pontos positivos e negativos desse rumo dado a uma estatal, principalmente quando se trata de uma empresa que presta um serviço essencial.

Além de avaliar o serviço prestado de forma empírica como consumidores desse serviço, também é relevante se debruçar no estudo dos efeitos internos que a privatização causa nas empresas que passam por esse processo, tendo em vista que a situação econômica e financeira da distribuidora influencia diretamente a prestação do serviço.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a situação econômica e financeira da Equatorial levando em consideração fatos concretos expressados nas demonstrações contábeis, por meio de técnicas e métodos de análise de balanços conforme indicado na literatura e em artigos científicos, para verificar a situação da empresa antes da privatização e os primeiros impactos ocorridos após a concretização desse processo.

A Análise de Balanços é uma importante ferramenta para a análise da situação financeira e econômica de uma empresa. A partir das informações e dados gerados no decorrer do exercício que são registrados contabilmente, em conjunto com informações que também são respaldadas nos controles internos da entidade, são geradas as demonstrações contábeis, a partir disso é possível obter informações sobre a situação atual da entidade, possibilitando uma maior assertividade nas decisões, isso se dá também na medida em que as informações são geradas com relevância, fidedignidade e possibilitam que as decisões sejam tomadas de forma preditiva para reduzir os riscos e impactos inerentes a atividade.

Matarazzo (2010) define que o analista de balanços se preocupa com as demonstrações financeiras e estas precisam ser transformadas em informações que permitam a conclusão ao usuário da informação se a empresa

merece ou não crédito, se a empresa está sendo bem ou mal administrada, e tem capacidade de quitar suas dívidas, se gera lucros, se vem evoluindo ou regredindo, ou se irá a falência ou continuará operando.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Está pesquisa objetiva analisar os reflexos causado pela privatização nos indicadores econômico-financeiros da empresa de distribuição de energia, a Equatorial Energia Alagoas S/A, que tomou posse desse serviço no Estado de Alagoas em março de 2019 após arrematar, em leilão ocorrido no fim do ano anterior, a Companhia Energética de Alagoas (CEAL).

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar os indicadores, baseando-se na literatura, importantes/necessários para entender o efeito da privatização.
- Calcular os índices econômicos e financeiros da Equatorial Energia Alagoas S/A;
- Analisar as mudanças de ordem econômica e financeira na empresa antes e após a privatização.

1.2 Justificativa

Com a dificuldade de gerir as empresas públicas, a administração pública vem se adaptando nos últimos tempos através das privatizações que é uma ferramenta que vem se tornando uma realidade no Brasil. Segundo BNDES (2020) no caso específico do Brasil a sociedade em geral vem apoiando as privatizações de serviços públicos, dando um maior grau de liberdade para os gestores na sua implementação. Sobre privatizações, VELASCO (1999, p. 186) afirma que “investidores passaram a ver as privatizações como uma oportunidade de negócio compatível com as suas

possibilidades de mobilização de recursos, independentemente do valor da privatização”.

As demonstrações contábeis devem expor apropriadamente a situação patrimonial e financeira da empresa (fato detalhado no balanço patrimonial), o desempenho da entidade (que é representado na demonstração do resultado) e demonstração do resultado abrangente e os fluxos de caixa da entidade.

Após elaborar as demonstrações contábeis, deve ser feita a avaliação da capacidade da empresa em continuar operando em futuro previsível. Deve ser levada em consideração toda informação disponível sobre o futuro. Para Iudícibus (2010, p 2) “a contabilidade é vital no processo de acompanhamento do que ocorre e comparação com o que deveria ocorrer. E também indispensável para prover informações aos gestores”.

Segundo Souza (2016, p. 1179).

A análise de Balanços tem por fonte de informações as demonstrações contábeis e são baseadas em indicadores de cálculos matemáticos, os quais avaliam a aproximada situação econômica, financeira e patrimonial de uma entidade.

A Equatorial Energia Alagoas é uma sociedade anônima, de capital fechado, é subsidiária da Equatorial Energia que é uma holding de empresas com atuação nos segmentos de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia, além de telecomunicações e serviços.

Essa pesquisa torna-se relevante, dada a importância da prestação de serviço realizado pela Equatorial Alagoas através do fornecimento de energia elétrica para a população Alagoana. Atendendo cerca de 3,3 milhões de alagoanos, a Equatorial Alagoas é a única concessionária responsável pela distribuição de energia nos 102 municípios Alagoanos.

A energia elétrica é sem dúvidas um dos primordiais componentes para o desenvolvimento tecnológico das atividades e contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e social (REGO, 2012)

Esse trabalho se mostra como uma grande oportunidade para o estudo avançado da privatização da Companhia Energética de Alagoas - CEAL e como forma de entender melhor se a transferência de patrimônio para o setor

privado alcançou seu objetivo, analisando sempre as demonstrações contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

Para Iudícibus et al (2010) a contabilidade é uma ciência social aplicada, que, registra acumula, resume e interpreta todos os fatos contábeis relacionados a formação, movimentação ou variações patrimoniais. A contabilidade é uma fonte de instrumento de controle patrimonial, seu método tem aplicação a qualquer tipo de pessoa, física ou jurídica, com finalidades lucrativas ou não.

A principal finalidade da Contabilidade é fornecer informações sobre o Patrimônio, informações essas de ordem econômica e financeira, que facilitam as tomadas de decisões, tanto por parte dos administradores ou proprietários como também por parte daqueles que pretendem investir na empresa. (RIBEIRO, 2013, p. 8)

Os usuários da contabilidade são aqueles que usam direta ou indiretamente as informações fornecidas por ela, “para acompanhar o desenvolvimento da empresa, tomar decisões administrativas, econômicas ou financeiras”.

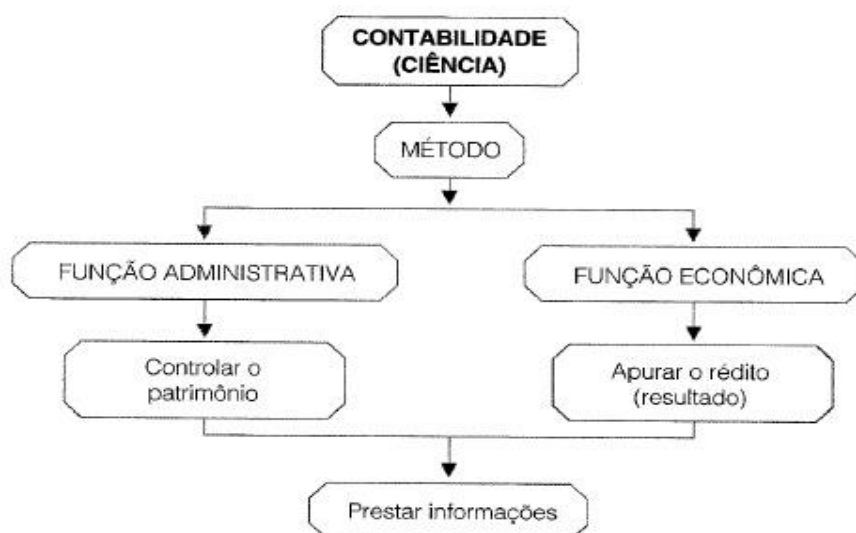
Iudícibus (2010) especifica alguns grupos que necessitam da informação contábil, são eles;

- Sócios, acionistas e proprietários de quotas societárias de maneira geral
- Administradores, diretores e executivos dos mais variados escalões
- Bancos e capitalistas
- Governo e economistas governamentais
- Pessoas físicas

Os investidores (sócios ou acionistas), ou seja, aqueles que aplicam dinheiro na empresa, estão interessados basicamente em obter lucro, por isso se utilizam dos relatórios contábeis, analisando se a empresa é rentável; os fornecedores de mercadoria a prazo querem saber se a empresa tem condições de pagar suas dívidas; os bancos, por sua vez emprestam dinheiro desde que a empresa tenha condições de pagamento; o governo quer saber quanto de impostos foi gerado para os cofres públicos; outros interessados desejam conhecer melhor a situação da empresa. (MARION, 2015, p.31)

A contabilidade na sua condição de ciência social, com a finalidade de controlar o patrimônio, desenvolveu uma metodologia própria, apurando os resultados das atividades e prestando informações às pessoas que tenham interesse na avaliação da situação patrimonial e do desempenho dessas atividades.

Figura 1 - Diagrama



Fonte: Viceconti e Neves, 2017, p. 01

A função de prestar informações é de fundamental importância, porque elas são necessárias ao processo de tomada de decisão feito pelos administradores de uma entidade, bem como os demais usuários da contabilidade.

Corroborando com Viceconti e Neves, Souza (2016) afirma que a contabilidade tem por função administrativa o controle do patrimônio mediante registros dos fatos contábeis em livros apropriados, e, a função econômica com a apuração do lucro ou prejuízo do exercício.

2.2 Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Financeiras ou Demonstrações Contábeis estão entre os relatórios mais importantes para explicitação da situação da empresa em determinado exercício para atendimento de fins legais e no auxílio para fins gerenciais.

Ribeiro (2010, p. 297) conceitua essas demonstrações afirmando que “são relatórios elaborados com base na escrituração mercantil mantida pela empresa, com a finalidade de apresentar aos diversos usuários informações principalmente de natureza econômica e financeira, relativas à gestão do Patrimônio ocorrida durante um exercício social”.

De acordo com Iudícibus e Marion (2009, p. 208) “o exercício social tem duração de um ano, não havendo necessidade de coincidir com o ano civil (1/1 a 31/12), embora, na maioria das vezes, assim aconteça”. Já o CPC 26 rege que “o ciclo operacional da entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que sua duração seja de doze meses.”

O CPC 00 que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, no tópico “Objetivo, utilidade e limitações do relatório financeiro para fins gerais”, descreve que “o objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Essas decisões envolvem decisões sobre:

- (a) comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida;
- (b) conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou
- (c) exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.

A Lei nº 6.404/1976, nos artigos 176 a 188, regulamenta a elaboração das seguintes demonstrações financeiras no fim de cada exercício:

- Balanço Patrimonial;

- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração do Valor Adicionado (obrigatória apenas para as Cias. Abertas).

Existem também as notas explicativas, que na verdade não se tratam de Demonstrações Financeiras, mas ajudam a complementá-las e auxiliar na interpretação dessas demonstrações.

2.2.1 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial relata a situação financeira da empresa no momento de sua elaboração que normalmente ocorre no fim do ano ou do exercício. Os artigos 178 a 184 da Lei nº 6.404/1976 estabelecem a classificação das contas agrupadas de um modo que facilite a análise da situação da empresa.

O CPC 26 (R1) determina parâmetros mínimos para elaboração do Balanço, não estabelece ordem ou formato na estrutura do balanço, mas rege que a legislação brasileira deve ser observada, onde deverá constar as seguintes contas:

- (a) caixa e equivalentes de caixa;
- (b) clientes e outros recebíveis;
- (c) estoques;
- (d) ativos financeiros (exceto os mencionados nas alíneas “a”, “b” e “g”);
- (e) total de ativos classificados como disponíveis para venda (Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e ativos à disposição para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada;
- (f) ativos biológicos;
- (g) investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial;
- (h) propriedades para investimento;
- (i) imobilizado;

- (j) intangível;
- (k) contas a pagar comerciais e outras;
- (l) provisões;
- (m) obrigações financeiras (exceto as referidas nas alíneas “k” e “l”);
- (n) obrigações e ativos relativos à tributação corrente, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro;
- (o) impostos diferidos ativos e passivos, como definido no Pronunciamento Técnico CPC 32;
- (p) obrigações associadas a ativos à disposição para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31;
- (q) participação de não controladores apresentada de forma destacada dentro do patrimônio líquido; e
- (r) capital integralizado e reservas e outras contas atribuíveis aos proprietários da entidade.

De acordo com a Lei nº 11.638/07, MP nº 449/08 e Resolução CFC nº 1.157/09, a estrutura do Balanço Patrimonial é a seguinte:

Figura 2 – Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimento	Capital Social
Imobilizado	(-) Gastos com Emissão de Ações
Intangível	Reservas de Capital
	Opções Outorgadas Reconhecidas
	Reservas de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão
	Prejuízos Acumulados
	Reservas de Lucros

Conforme Gelbcke et al. (2018, p.68) “os critérios de avaliação dos ativos e de registro dos passivos são aplicados dentro do regime de competência”. O regime de competência demonstra as informações de acordo com o período em que elas são produzidas ainda que o pagamento ocorra em outro momento.

O quadro abaixo demonstra orientações que embasam os critérios de avaliação dos ativos e registro dos passivos:

Figura 3 – Critérios de Avaliação dos Ativos e Registro dos Passivos

Contas a receber	O valor dos títulos menos estimativas de perdas para reduzi-los ao valor provável de realização.
Aplicações em instrumentos financeiros e em direitos e títulos de crédito (temporário)	Pelo valor justo ou pelo custo amortizado (valor inicial acrescido sistematicamente dos juros e outros rendimentos cabíveis), neste caso ajustado ao valor provável de realização, se este for menor.
Estoques	Ao custo de aquisição ou de fabricação, reduzido por estimativas de perdas para ajustá-lo ao preço de mercado, quando este for inferior. Nos produtos agrícolas e em certas <i>commodities</i> , ao valor justo.
Ativo Imobilizado	Ao custo de aquisição deduzido da depreciação, pelo desgaste ou perda de utilidade ou amortização ou exaustão. Periodicamente deve ser feita análise sobre a recuperação dos valores registrados. Os ativos biológicos, ao valor justo.
Investimentos Relevantes em Coligadas e Controladas (incluindo <i>Joint Ventures</i>)	Pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, com base no valor do patrimônio líquido da coligada ou controlada proporcionalmente à participação acionária. Quando de controladas, obrigatória a consolidação.
Outros Investimentos Societários	Igual aos instrumentos financeiros, não pode mais ao custo.
Outros Investimentos	Ao custo menos estimativas para reconhecimento de perdas permanentes. Se propriedade para investimento, pode ser ao valor justo.
Intangível	Pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização, quando aplicável, ajustado ao valor recuperável se este for menor.

Exigibilidades	Pelos valores conhecidos ou calculáveis para as obrigações, encargos e riscos, incluindo o Imposto de Renda e dividendos obrigatórios propostos. Para certos instrumentos financeiros, como a maioria dos empréstimos e financiamentos sujeitos à atualização monetária ou pagáveis em moeda estrangeira, pelos valores atualizados até a data do balanço e ajustados por demais encargos, como juros (custo amortizado). Para certos outros instrumentos financeiros, pelo valor justo.
Patrimônio Líquido	Valor residual composto por dois grandes conjuntos: transações com os sócios (divididas em capital e reservas de capital), e resultados abrangentes (estes últimos divididos em reservas de lucros – ou prejuízos acumulados – e outros resultados abrangentes). Mas seus componentes, com raras exceções, não têm critério próprio de avaliação, dependendo dos critérios de avaliação atribuídos aos ativos e passivos.

Fonte: Gelbcke et al. (2018, p. 69)

Ficou convencionado que a estrutura teria duas colunas, no lado esquerdo consta o Ativo e no lado direito o Passivo e o Patrimônio Líquido.

O Ativo representa todos os bens e direitos da entidade, esses bens representam benefícios presentes ou futuros para a empresa, e são bens avaliáveis em dinheiro. O agrupamento se dá em ordem decrescente de grau de liquidez (maior ou menor prazo no qual os bens podem ser formados em dinheiro) dos elementos ali representados nos dois maiores grupos que figuram no Ativo, que são o Ativo Circulante e o Ativo Não Circulante.

No ativo circulante constam os bens e direitos que serão realizados até o fim do exercício subsequente, quando citamos que eles serão realizados quer dizer que eles serão transformados em dinheiro dentro do prazo mencionado. Dentre as contas comumente elencadas nesse grupo podemos citar: Clientes, Tributos a Recuperar, Estoque de Mercadorias e Outros Créditos.

Também no ativo circulante figuram as contas retificadoras, que são contas que subtraem do valor desse subgrupo, por isso também são conhecidas como contas redutoras, dentre elas podemos elencar: Tributos a

Recuperar, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Duplicatas Descontadas.

No ativo não circulante figuram as contas com prazo de realização superior a 1 exercício, a Lei nº 6.404/1976, art. 178, § 1º, inciso II rege que neste grupo estarão o Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Já com relação ao Passivo, Ribeiro (2010, p. 307) afirma que o Passivo é a parte do Balanço Patrimonial que evidencia as obrigações (dívidas da empresa com terceiros) e o Patrimônio Líquido (dívida da empresa com os seus titulares).

De acordo com a Lei nº 6.404/1976, art. 178, § 2º, as contas do Passivo serão classificadas nos seguintes grupos: Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, e Patrimônio Líquido, que é dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

As contas são classificadas de acordo com seu grau de exigibilidade de forma decrescente, ou seja, as obrigações que deverão/irão ser quitadas primeiro figuram no início do seu grupo no passivo.

No passivo circulante temos as contas que os seus vencimentos se dão até o exercício subsequente. Contas que comumente presentes no passivo circulante são as Obrigações com Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações Trabalhistas e Outras Obrigações.

O Passivo Não-Circulante é dividido em dois grupos: Passivo Exigível a Longo Prazo (obrigações cujo vencimento ocorre após o exercício social seguinte) e Receitas Diferidas.

O Patrimônio Líquido, de acordo com Iudícibus e Marion (2009, p. 209), é uma representação dos investimentos dos proprietários (capital) mais o lucro acumulado no decorrer dos anos, retido na empresa, ou seja, que não foram distribuídos.

Na Lei nº 6.404/1976, art. 182, determina-se que no capital social constará apenas o capital subscrito, não sendo assim incluso a parcela ainda não realizada. As Reservas de Capital representam as receitas que não devem ser registradas no Resultado do Exercício.

Já os Ajustes de Avaliação Patrimonial que também é descrito no referido artigo refere-se as “contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do Ativo e do Passivo, em decorrente de sua avaliação a preço de mercado. Esses valores permanecerão no grupo do Patrimônio Líquido enquanto não forem computados no Resultado do Exercício em obediência ao regime de competência” (Ribeiro, 2010, p. 310).

No Patrimônio Líquido também constam as contas de Reserva de Lucros que retrata parte do lucro apurado pela empresa, as Ações em Tesouraria que se referem a ações da própria empresa e que ela mesma adquiriu e os Prejuízos Acumulados que retrata os prejuízos apurados no exercício atual mais os prejuízos do exercício anterior até que sejam superados ou assumidos pelos sócios.

2.3 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A demonstração do resultado do exercício apresenta o resultado que a empresa obteve (lucro ou prejuízo) no andamento de suas atividades durante um determinado período ou exercício social.

A demonstração do resultado do exercício é um relatório resumido das operações realizadas pela empresa ao longo de determinado período; nele é ressaltado um dos valores mais importantes às pessoas nela interessadas, se no decorrer de suas operações a entidade teve lucro ou prejuízo. (IUDÍCIBUS; et al. 2010).

Para Souza (2016, pag. 613)

A Demonstração do Resultado do Exercício é a apresentação reduzida de todas as operações de receitas ganhas e despesas incorridas realizadas pela empresa durante o exercício social, demonstrando o resultado bruto (lucro bruto ou prejuízo bruto), o resultado operacional líquido (lucro operacional ou prejuízo operacional), o resultado antes do imposto de renda (lucro antes do imposto de renda ou prejuízo antes do imposto de renda) e o resultado líquido do exercício (lucro líquido ou prejuízo líquido).

A lei das sociedades por ações (Lei 6.404/76) tornou obrigatória a elaboração e a publicação da demonstração do resultado do exercício.

Segundo o artigo 187 da lei 6.604/76 a demonstração do resultado do exercício discriminará:

- a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
 - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
 - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas,
 - as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
 - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas
 - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
 - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
 - O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.
- Na determinação do resultado do exercício serão computados:
- a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e
 - b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Figura 4 – Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Receita Operacional Bruta
(-) Deduções
= Receita Líquida
(-) Custo da Mercadoria Vendida
= Lucro Bruto
(-) Despesas de Vendas
(-) Despesas Administrativas
(-) Despesas Financeira
= Resultado Operacional Líquido
(-) Despesas Extra Operacionais
= Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social
(-) Provisões Imposto de Renda e Contribuição Social
= Resultado Líquido

A demonstração do resultado do exercício possibilita aos seus usuários o conhecimento financeiro da empresa, pois no fim do período estabelecido deverá mostrar de forma resumida o resultado do período, seja ele lucro ou prejuízo. A DRE é um poderoso instrumento de confronto entre receitas, custos e despesas de determinada entidade e é uma das principais demonstrações que a entidade tem em mãos para uso na tomada de decisão feita por seus usuários.

Com os dois relatórios, qualquer pessoa interessada nos negócios da empresa tem condições de obter informações, fazer análises, estimar variações, tirar conclusões de ordem patrimonial e econômico-financeira, traçar novos rumos para futuras transações e, para tanto, é só praticar adequada técnica de Análise e Interpretação de Balanços e outros processos fornecidos pela contabilidade. (IUDÍCIBUS; et al. 2010, pag. 177)

A Demonstração do Resultado do exercício em conjunto com o balanço patrimonial, a contabilidade atinge a finalidade de evidenciar a situação patrimonial e financeira da entidade.

2.4 Análise das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis são importantes na tomada de decisão, pois elas definem a situação financeira e patrimonial da entidade, dando assim a possibilidade do gestor planejar-se para fazer novos investimentos,

aplicações, dentre outras ações necessárias, com segurança após ter colhido informações relevantes através das demonstrações. Assim, é de extrema importância que os gestores e contadores saibam analisar as demonstrações contábeis, não se limitando a apenas elaborar tais demonstrações.

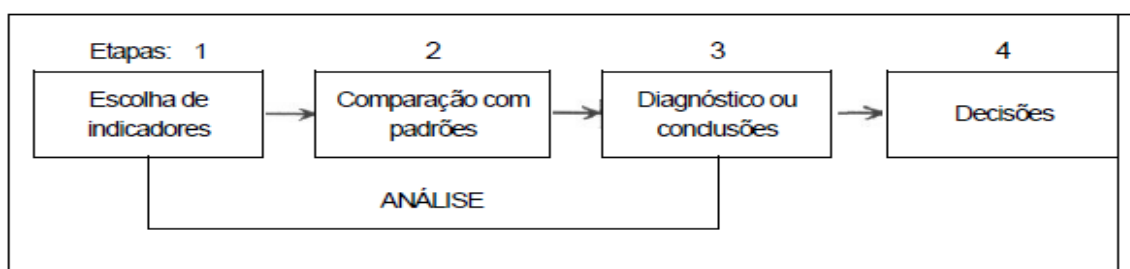
Para Matarazzo (2010) a Análise das demonstrações contábeis obedece as seguintes etapas:

- Extrair os índices das demonstrações financeiras;
- Comparar os índices com os padrões;
- Ponderar as diferentes informações e chegar a um diagnóstico ou conclusões;
- Tomar decisões.

Franco (1980, p. 106) afirma que:

Como as principais demonstrações contábeis são exposições sintéticas dos componentes patrimoniais e de suas variações, a ele recorreremos quando desejamos conhecer os diferentes aspectos da situação patrimonial e de suas variações. Sendo demonstrações sintéticas, não oferecem informações detalhadas sobre o estado patrimonial e sobre suas variações. Daí a necessidade de aplicação da técnica contábil denominada Análise das demonstrações contábeis.

Figura 5 - Processo de tomada de decisão



Fonte: Matarazzo, 2010, p.7

A análise das demonstrações contábeis apresenta informações essenciais, e não são feitas somente das contas patrimoniais, o exame desses demonstrativos requerem outro elemento como os índices contábeis, que são os índices financeiros e econômicos. Um conjunto de índices permite conhecer a situação da empresa, segundo o grau de profundidade desejada na análise.

Para Lunelli (2008) existem grupos de interesse que procuram respostas para algumas perguntas, tais como:

- Qual é a situação econômico-financeira da empresa?
- Qual sua capacidade de gerar lucros?
- Como estão sendo gerenciados seus ativos?
- Como a empresa está financiando suas atividades?
- Como a empresa está evoluindo, em termos de desempenho, ao longo do tempo?

A Análise de Balanços permite aos gestores uma visão estratégica, permite estimar o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades. É primordial para o relacionamento da empresa com os fornecedores, financiadores, governo, acionistas e até com os empregados.

Souza (2016, p.1179) nos explica que:

Análise de Balanços é uma técnica matemática de obtenção de informações, não sendo, portanto, exigida por lei. Mas apesar de não estar sujeita a legislação, as demonstrações contábeis levantadas pelas entidades têm por base as legislações estabelecidas na lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Imposto de Renda, nas Normas Brasileiras de Contabilidade e na Comissão de Valores Mobiliários, portanto, a Análise de Balanços abrange também as respectivas legislações.

Para obter informações relevantes é dada maior atenção ao demonstrativo de resultados e ao balanço patrimonial na análise das demonstrações, e que, caso necessário, podem ser completadas pela análise dos demais relatórios (LUNELLI, 2008).

Segundo Matarazzo (2010, p. 22)

O governo utiliza intensamente a análise de balanços em diversas situações. Por exemplo, numa concorrência aberta, provavelmente escolherá, entre duas propostas semelhantes, apresentadas por empresas em determinada concorrência, aquela que estiver em melhor situação financeira. Além disso, o governo acompanhará a situação financeira da empresa vencedora da concorrência ao longo do desenvolvimento dos trabalhos para obter informações sobre a possibilidade de a empresa continuar os trabalhos para os quais se candidatou.

Ainda segundo Matarazzo (2010) as seguintes informações são produzidas pela análise de balanços:

- Situação financeira.
- Situação econômica.
- Desempenho.
- Eficiência na utilização dos recursos.
- Pontos fortes e fracos.
- Tendências e perspectivas.
- Quadro evolutivo.
- Adequação das fontes às aplicações de recursos.
- Causas das alterações na situação financeira.
- Causas das alterações na rentabilidade.
- Evidência de erros da administração.
- Providências que deveriam ser tomadas e não foram.
- Avaliação de alternativas econômico-financeiras futuras.

É perceptível que a análise de balanços é uma ferramenta indispensável para a administração, pois os indicadores obtidos por ela faz com que boas decisões possam surgir, além de prevenir possíveis eventos que possam prejudicar o bom andamento da empresa.

2.4.1 Técnicas de Análise das Demonstrações Contábeis

Para Matarazzo (2010) existem algumas técnicas para a elaboração da análise das demonstrações, são: Análise através de índices, análise vertical e horizontal, análise do capital de giro e análise de rentabilidade.

A Análise de Balanços está baseada em indicadores obtidos por meio de cálculos matemáticos levando em conta valores extraídos das demonstrações contábeis e financeiras, que medem uma visão aproximada da real situação econômica, financeira e patrimonial de uma entidade.

Caso os indicadores apontem problemas de continuidade, a gestão terá condições de deter a deterioração da situação patrimonial, financeira e de

rentabilidade da empresa e procurará reverter à situação com decisões estratégicas e gerenciais.

Para Matarazzo (2010, p. 82) “O importante não é o cálculo de grande números de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa, segundo o grau de profundidade desejada pela análise”.

Neste trabalho, tendo em vista o objetivo que se propõem, abordaremos de forma mais detalhada a análise vertical/horizontal e análise através de índices

2.4.2 Análise Horizontal e Análise vertical

A análise Horizontal é empregada para avaliar o crescimento de cada conta contábil ou grupo de contas ao longo dos anos. A seguir são expostos alguns aspectos conceituais de diversos autores.

A finalidade principal da análise horizontal é acompanhar a evolução dos itens dos balanços de um período para outro, assim como de outros demonstrativos, a fim de verificar tendências (LUNELLI, 2008).

Desta forma, conforme aponta Matarazzo (2007, p. 245), “a evolução de cada conta mostra os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências”.

Segundo Assaf Neto (2010) análise horizontal é o confronto que se faz com valores de um grupo de contas ou de uma mesma conta em diferentes períodos. Ainda Assaf Neto (2010, p. 41 e 42).

Análise Horizontal – identifica a evolução dos diversos elementos patrimoniais e de resultados ao longo de determinado período de tempo. É uma análise temporal do crescimento da empresa, que permite avaliar a evolução das vendas, custos e despesas; o aumento dos investimentos realizados nos diversos itens ativos; a evolução das dívidas etc.

Análise Vertical – de maneira idêntica à análise horizontal, a análise vertical objetiva, basicamente, o estudo das tendências da empresa. Complementando as informações horizontais, o estudo vertical das demonstrações contábeis permite conhecer a estrutura financeira e econômica da empresa, ou seja, a participação relativa de cada elemento patrimonial e de resultados. Por exemplo, qual a porcentagem das vendas que representa lucro líquido; do total de seu passivo quanto à empresa deve a curto e a longo prazo etc.

Um aspecto interessante sobre a análise horizontal é que ela pode ser elaborada utilizando dois métodos distintos, a forma encadeada e a forma anual.

Assaf Neto (2010) indica que o método anual, onde a base é sempre o exercício anterior, torna a análise mais dinâmica em relação ao critério de se manter uma base fixa.

A Análise Horizontal pode ser efetuada através do cálculo das variações em relação a um ano-base – quando será denominada Análise Horizontal encadeada – ou em relação ao ano anterior – quando será denominada Análise Horizontal anual (MATARAZZO, 2007, p. 247).

Por exemplo, o critério da análise horizontal encadeada, toma-se como período base, geralmente, o exercício mais antigo do intervalo que se queira analisar. Nesse período base lhe é atribuído um fator de 1 ou de 100% que através de cálculos financeiros mostrará um percentual de aumento ou de redução em cada conta e em relação a períodos distintos.

Figura 6 - Exemplo de Análise Horizontal

Contas	2006		2007	
	R\$	%	R\$	%
Ativo	51.600,00	100,00%	55.800,00	108,14%
Circulante	16.512,00	100,00%	13.950,00	84,48%
Realizável a Curto Prazo	7.224,00	100,00%	10.044,00	139,04%
Imobilizado	24.252,00	100,00%	26.226,00	108,14%
Diferido	3.612,00	100,00%	5.580,00	154,49%
Passivo	51.600,00	100,00%	55.800,00	108,14%
Circulante	18.576,00	100,00%	22.320,00	120,16%
Exigível a Longo Prazo	9.288,00	100,00%	5.580,00	60,08%
Resultado de Exercícios Futuros	2.580,00	100,00%	2.790,00	108,14%
Patrimônio Líquido	21.156,00	100,00%	25.110,00	118,69%

Fonte: Lunelli, 2008, p. 59

Independente do método a Análise Horizontal é calculada através do seguinte cálculo:

$$\text{Fórmula: AH} = \frac{\text{Elemento Patrimonial (Resultado) no período x2}}{\text{Elemento Patrimonial (Resultado) no período X1}}$$

A análise vertical baseia-se em valores percentuais das demonstrações financeiras. Para isso calcula o percentual de cada conta comparada com um

valor base. Por exemplo, qual o percentual do passivo circulante comparado com o passivo total da entidade.

Para Lunelli (2008)

Esta análise visa avaliar a composição de itens em relação a um todo considerado como 100% onde cada conta contribui para a formação de todo o investimento. Procurando-se focar as contas com saldos mais representativos deste percentual. É realizada sobre o balanço patrimonial e o demonstrativo de resultados de um período

A análise vertical é calculada através da seguinte expressão:

$$\text{Fórmula: AV} = \frac{\text{Elemento Patrimonial (Resultado) no período x2}}{\text{Elemento Patrimonial (Resultado) no período X1}} \times 100$$

Souza (2016, p.1179) afirma que:

A análise vertical ou análise de estrutura tem por objetivo o estudo da estrutura das demonstrações contábeis por meio de cálculos dos coeficientes analíticos de participação que são obtidos da divisão que cada conta ou grupo de contas possuem em relação a um valor base, resultando em percentuais que demonstram a proporcionalidade existente em cada conta ou grupo de contas em relação ao valor base. No Balanço Patrimonial, atribui-se peso 1 ou 100% para o total do Ativo e do Passivo, que são os valores bases.

2.4.4 Análise Através de Índices

A Análise de Através de Índices possibilita uma visão ampla em relação ao que está retratado nas demonstrações contábeis. Segundo Oliveira et al (2010, p. 4) esse método “consiste na confrontação entre os diversos grupos ou contas patrimoniais e de resultado de forma que se estabeleça uma relação lógica que possibilite a mensuração da situação econômica e financeira da empresa”.

Os índices constituem a técnica de análise mais empregada. Muitas vezes, na prática, ou mesmo em alguns livros, confunde-se Análise de Balanços com extração de índices. A característica fundamental

dos índices é fornecer visão ampla da situação econômica da empresa. (MATARAZZO, 2010, p. 82).

Diante disto, descreveremos a seguir os índices de forma mais detalhada iniciando pelos Índices de Estrutura de Capitais, que segundo Matarazzo (2010, p. 87) “mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de aplicação de recursos”.

- Participação de Capitais de Terceiros:

Indica quanto a empresa tomou de terceiros em relação ao capital próprio investido. Quanto menor for este índice, melhor para a entidade.

- Composição do Endividamento:

Demonstra o percentual de obrigações de curto prazo que a entidade adquiriu em relação às obrigações totais. Quanto menor for este índice, melhor para a entidade.

- Imobilização do Patrimônio Líquido:

Relata o quanto a empresa desembolsou para aplicar no Ativo Permanente em relação ao Patrimônio Líquido da entidade. Quanto menor for este índice, melhor para a entidade.

- Imobilização dos Recursos Não Correntes

Indica o valor percentual de Recursos não correntes que foi aplicado no Ativo Permanente. Quanto menor for este índice, melhor para a entidade.

Os Índices de Liquidez demonstram a situação financeira da empresa, e não tratam especificamente a capacidade de pagamento da empresa, dentre os índices referentes a liquidez, podemos elencar os seguintes:

- Liquidez Geral

Demonstra quanto a entidade tem disponível no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada \$ 1,00 de dívida. Quanto maior for este índice, melhor para a empresa.

- Liquidez Corrente

Indica quanto a empresa dispõe no Ativo Circulante para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante. Quanto maior for este índice, melhor para a empresa.

- Liquidez Seca

Relata quanto a entidade tem no Ativo Líquido para cada \$ 1,00 de dívidas de curto prazo, que estão expressas no Passivo Circulante. Quanto maior for este índice, melhor para a empresa.

Já os Índices de Rentabilidade demonstram quanto os investimentos que a empresa executou no exercício em análise renderam. Dentre os índices de rentabilidade podemos destacar os seguintes:

- Giro do Ativo

Demonstra quanto a empresa vendeu em relação a cada \$ 1,00 de investimento total. Quanto maior for este índice, melhor para a empresa.

- Margem Líquida

Indica o lucro que a empresa obteve para cada \$ 100 vendidos. Quanto maior for este índice, melhor para a empresa.

- Rentabilidade do Ativo

Relata o lucro que a empresa conquistou para cada \$ 100 do total investido. Quanto maior for este índice, melhor para a empresa.

Feita a listagem e definição de alguns dos índices comumente utilizados, mais adiante aplicaremos as bases de cálculo à empresa objeto de estudo e traduziremos os resultados gerados.

3 Metodologia

O presente trabalho consiste na aplicação das técnicas de análise das demonstrações contábeis. Essa pesquisa será realizada a partir das demonstrações contábeis separadas da empresa objeto do estudo, essas demonstrações conforme o CPC 35 “devem ser apresentadas adicionalmente às demonstrações contábeis consolidadas”, como a Equatorial possui o controle de outras distribuidoras em Unidades Federativas distintas, este foi um ponto a ser observado já que essa pesquisa trata da Equatorial do Estado de Alagoas.

Os relatórios financeiros utilizados são divulgados pela empresa através de seu site trimestralmente para que os usuários externos como investidores,

acionistas, fornecedores e a sociedade em geral tenham acesso a essas informações, conforme indicado por CPC's que tratam desse tema.

Os procedimentos técnicos utilizados no desenvolvimento deste trabalho foram realizados mediante revisão bibliográfica e documental, através de pesquisas em livros, artigos, legislação vigente e documentos comprobatórios como, por exemplo, Balanços Patrimoniais, Notas Explicativas e Demonstrações Contábeis e Financeiras. A pesquisa bibliográfica que segundo GIL (2002, p. 44) “é elaborada com material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 174).

Optou-se por um período de análise de 5 anos, entre 2016 e 2020, para a análise das demonstrações contábeis da Equatorial Alagoas e todos os indicadores que fazem parte deste estudo, com base nos dados anualizados e agregados extraídos do balanço patrimonial e da DRE (antes e depois da privatização).

Utilizaremos nesse trabalho a análises vertical e horizontal e a análise através de índices. Através da análise horizontal e vertical será possível avaliar o andamento da empresa até 2020 e poder avaliar onde está os pontos positivos e os pontos negativos.

Tomando o ano de 2019 como o ano base (ano posse), a análise se deu três anos antes (2016, 2017 e 2018) e os períodos depois da data da posse (2019 e 2020).

4 ANÁLISE DOS DADOS

Para Matarazzo (2016) as demonstrações contábeis fornecem dados sobre a empresa. A análise das demonstrações transforma esses dados em informações. Matarazzo (2016, pag. 03) define dado como “números ou

descrição de objetos ou eventos que, isoladamente, não provocam nenhuma reação ao leitor”. Já as informações representam, para quem as recebe, uma comunicação que pode produzir reação ou decisão.

Nesta análise foram utilizadas as demonstrações contábeis da Equatorial Alagoas, referente ao período de 2016 até 2020.

A seguir serão apresentados os quadros das análises vertical e horizontal dos anos de 2016 a 2020

3.1 Análise vertical e horizontal

Serão utilizados os itens do balanço patrimonial; ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante e o patrimônio líquido da entidade avaliada. Na análise horizontal será utilizado o critério anual, onde a base de comparação é o exercício anterior.

Tabela 1 - Análise Horizontal

Ano	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
2016	100%	100%	100%	100%	100%
2017	78,58	8,04	146,15	13,68	83,70
2018	-10,98	54,74	2,54	27,75	-2,20
2019	13,83	13,25	-53,50	13,21	-71,72
2020	85,87	2,01	114,58	-7,06	-144,78

Fonte: Dados da pesquisa

O ativo circulante da empresa cresceu 336% de 2016 a 2020 em termos reais. Podemos observar uma tendência explícita da empresa em investir cada vez mais em ativos de alta liquidez. No ano de 2017 e 2020 o ativo circulante teve um aumento de 78,58% e 85,87% respectivamente, comparado ao ano anterior. Só o ativo não circulante teve um aumento de 54,74% em 2018 comparado a 2017 esse aumento se deve principalmente a conta Valores a receber de itens financeiros. O ativo não circulante da Equatorial Alagoas teve evolução crescente ao longo do período abordado.

O passivo circulante da entidade teve oscilações mais significativas que as do passivo não circulante. Em 2017 a evolução foi de 146,15% comparado ao ano de 2016 esse aumento se deve principalmente pela conta Financiamentos e Empréstimos, que de acordo com o as notas explicativas foram destinados a obras diversas, como: subtransmissão, iluminação pública, Implantação do sistema comercial, distribuição, combate a perdas, recuperação do sistema elétrica; bem como para capital de giro e devolução do programa luz para todos. Já em 2019 foi de -53,50. Ao compararmos os dois grupos do passivo, observa-se que a evolução do passivo circulante ocorreu de forma mais rápida, ou seja, o crescimento do passivo circulante foi mais representativo que o crescimento do passivo não circulante.

Tabela 2 - Análise Vertical

Ano	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
2016	30%	70%	28%	103%	-31%
2017	41%	59%	54%	91%	-45%
2018	29%	71%	43%	91%	-34%
2019	29%	71%	18%	91%	-9%
2020	43%	57%	30%	67%	3%

Fonte: Dados da pesquisa

Nos anos de 2016, 2018 e 2019 a análise vertical do ativo circulante e não circulante se manteve na média de 30% e 70% respectivamente.

Houve uma mudança no ativo circulante no ano de 2017 representando 41% do ativo total da empresa. No ano de 2020 o ativo circulante obteve um aumento de 13% comparado ao ano de 2016 esse acréscimo se deu aos Fundos de Investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Conjuntamente com a análise horizontal

podemos afirmar que a empresa optou nesse período por ativos de alta liquidez.

Tabela 3 - Resultado do exercício

	2016	2017	2018	2019	2020	total
Lucro	(321.539)	(462.612)	21.885	346.822	453.290	37.846
líquido/Prejuízo						

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao Resultado do Exercício, a empresa apresentou panoramas distintos (Tabela 3). O ano de 2020 apresenta uma evolução bastante positiva nesse indicador, mostrando um lucro de R\$ 453 milhões. Ela sai de um resultado de prejuízo em 2016 R\$ 321 milhões e R\$ 462 milhões em 2017 e para R\$ 21 milhões, em 2018.

Tabela 4 - Resultado do exercício médio antes e depois da privatização

	Antes	Depois
Lucro líquido/Prejuízo	-258.088	800.112

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 4 fica evidenciado que a Equatorial Alagoas antes da privatização acumulava prejuízos médio no valor de R\$ 258.088 depois da privatização o resultado do exercício ficou na média de R\$ 800.112, ou seja, fica evidenciado que depois da privatização a Equatorial Alagoas começou obter o lucro líquido.

Tabela 5 - Receita operacional líquida média antes e depois da privatização

	Antes	Depois	AH
Receita operacional média	1.668.956	2.149.205	28%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 4 mostra a evolução do indicador antes e depois do ano da privatização da Equatorial Alagoas, nos anos analisados antes da privatização

ela acumulava receita operacional média de R\$ 1.668.956 já após a privatização esse valor ficou na média de R\$ 2.149.205 obtendo uma variação positiva de 28%.

Tabela 6 - Receita operacional líquida x Custo operacional

	2016	2017	2018	2019	2020
	1.211.766	1.743.381	2.051.722	2.175.479	2.122.930
	914.247	1.128.575	1.701.828	1.422.748	1.501.727
AV Custo operacional	75%	65%	83%	65%	71%
AH Receita operacional líquida		44%	18%	6%	-2,5%

Fonte: Dados da pesquisa

Nessa análise (Tabela 6) comparativa de receita operacional x custo operacional, podemos observar que a empresa conseguiu nos anos 2017, 2019 e 2020 diminuir suas porcentagens do custo operacional comparada as suas receitas operacionais. Em 2017 foi o ano que a análise horizontal da receita operacional líquida obteve 44% de aumento em relação a 2016, já o ano de 2020 houve uma diminuição de 2,5% comparada ao exercício anterior.

3.2 Análise Através de Índices

Para execução da análise não serão utilizados todos índices, pois conforme Matarazzo (2010, p. 82) “o importante não é um grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa, segundo o grau de profundidade desejada da análise”.

Então, diante do que foi relatado e da análise que este trabalho se propõe apresentar, foram calculados os índices abaixo da Estrutura de Capitais e Índices de Liquidez, pois estes demonstram respectivamente as decisões financeiras que foram tomadas no período analisado e a situação financeira da entidade. Com o produto da análise destes dados será possível observar possíveis diferenças no modo de gerir a empresa fazendo um contraste entre a gestão pública e gestão privada da Equatorial Alagoas e os seus resultados, já

que o objeto deste trabalho é a análise antes e após a privatização da empresa mencionada.

Segue abaixo os resultados dos cálculos e a análise dos índices:

Tabela 7 – Estrutura de Capitais

	2016	2017	2018	2019	2020
PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	-418,19%	-323,69%	-391,74%	-1270,21%	3200,94%
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-5,80%	-9,57%	-4,14%	-373,74%	902,04%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	21,52%	37,25%	32,28%	16,37%	31,13%

Fonte: Dados da pesquisa.

A Participação de Capitais de Terceiros teve um aumento considerável após a privatização (que se deu no primeiro trimestre de 2018), este índice também é conhecido como grau de endividamento e reflete uma maior dependência da empresa em relação aos terceiros e uma menor liberdade nas decisões financeiras. Vale ressaltar que este índice reflete uma análise financeira da empresa e, portanto, não retrata se a empresa obteve lucro ou prejuízo.

De acordo com os resultados obtidos no cálculo da Imobilização da Patrimônio Líquido também houve um aumento da imobilização do PL após a privatização, este fato também acarreta em uma maior dependência do capital de terceiros por parte da empresa, pois na medida em que a empresa investe em Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante.

Na Composição do Endividamento, ao se confrontar a média de 2016 e 2017 (exercícios em que a entidade era uma estatal) em relação a média de 2018, 2019 e 2020 (exercícios pós privatização), conclui-se que a essa composição manteve-se em um patamar semelhante. Este índice retrata que as obrigações de curto prazo da entidade em relação às obrigações totais não tiveram uma variação relevante no período analisado.

Tabela 8 – Índices de Liquidez

	2016	2017	2018	2019	2020
LIQUIDEZ GERAL	74,70%	67,50%	73,42%	36,00%	30,96%
LIQUIDEZ CORRENTE	105,80%	76,76%	66,64%	163,12%	141,29%
LIQUIDEZ SECA	67,87%	41,74%	37,59%	128,39%	110,17%

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos cálculos realizados, o índice de Liquidez Geral foi diminuindo ano a ano de 2016 a 2020, isso quer dizer que a capacidade de pagamento da empresa foi diminuindo no decorrer desse período. O fato desses índices estarem abaixo de 100% também indica que após pagar suas dívidas a empresa não dispunha de uma margem ou excedente para separar como reserva.

Já com relação ao Índice de Liquidez Corrente, este teve uma queda no ano em que a empresa passou a operar como empresa privada (ano de 2018), entretanto nos dois anos posteriores este índice teve um aumento considerável. Nos exercícios em que este índice é maior do que 100% quer dizer que os investimentos no Ativo Circulante possibilitam que as dívidas de curto prazo sejam pagas permitindo ainda que haja um excedente, que a empresa pode destinar para outros fins de acordo com a sua conveniência.

A Liquidez Seca da empresa apresentou-se semelhante a Liquidez Corrente, tendo uma queda em 2018 e um aumento considerável a partir de 2019. Este índice mede o grau de excelência da situação financeira da entidade, e quando a Liquidez Seca segue o mesmo patamar da Liquidez Corrente, configura a entidade como um “atleta de liquidez”, conforme indicado por alguns autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho traz a situação econômico-financeira que a Equatorial Alagoas apresentou nos anos de 2016 a 2020, demonstrando a importância dos métodos de análise de balanço no diagnóstico da situação da entidade, e que podem ser utilizados por diversos tipos de

usuários como sócios, gestores, potenciais investidores, fornecedores, dentre outros, que tem interesse em saber a capacidade de pagamento da empresa, obter projeções a partir das decisões tomadas no presente na área econômico financeiro que impactarão nos futuros resultados da entidade, além o gerar uma visão ampla com embasamento científico dos impactos da privatização na saúde financeira da entidade.

A metodologia da análise horizontal e vertical se mostram eficientes meios de suporte para a gerência, sócios e demais usuários, transformando dados em informações úteis e capazes de determinar a situação empresarial da entidade.

Na análise vertical e horizontal conseguimos observar uma tendência explícita da empresa nos anos de 2017 e 2020 em investir cada vez mais em ativos de alta liquidez. Ao confrontarmos os grupos do passivo, observa-se que a evolução do passivo circulante teve oscilações mais representativas comparadas ao passivo não circulante. Ficou constatado que em determinado momento o passivo representava um maior peso no balanço patrimonial, ou seja, seu endividamento com terceiros estava elevado. Já as receitas e lucros da empresa estudada teve aumento significativo após a privatização.

As análises aplicadas às demonstrações contábeis auxiliam no processo decisório e funcionam como uma ferramenta de controle, confronto e avaliação dos resultados em diferentes espaços de tempo. São capazes de reconhecer os pontos que merecem maior atenção, facilitando a busca por soluções para os possíveis impactos negativos, bem como, apontar indicadores de crescimento e estabelecer a continuidade do trabalho que se mostra promissor.

Os índices de liquidez em conjunto com a análise e comparação entre os anos demonstraram que a partir da privatização, em dado momento, a capacidade de pagamento da empresa foi diminuindo devido ao acentuado aumento de capital de terceiros na entidade, porém em determinado período a empresa pôde executar os pagamentos mantendo uma margem ou sobra de valores disponíveis para aplicar em outra atividade ou áreas segundo a sua conveniência ou planejamento dos gestores.

Por fim, é válido ressaltar que a análise de balanços apresentada neste trabalho não foi apresentada com o objetivo de esgotar o tema, pois existem

outros diversos métodos de análise e até mesmo abordagens diferentes de autores diversos com relação aos índices que aqui foram utilizados. Neste trabalho foram utilizados métodos consagrados, conforme pode ser observado na bibliografia utilizada, mas que podem ser utilizado em conjuntos com outros métodos que proporcionem uma análise mais ampla do assunto abordado.

REFERÊNCIAS

- MARTINS, G. D. A.; THEOPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.
- LAKATOS , E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS , E. M.; MARCONI, M. D. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TICIANELLI. **CEAL, a história companhia de eletricidade de Alagoas**. História de Alagoas, 2016. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-ceal.html>>. Acesso em: 11 jul. 2021, 17:45.
- RIBEIRO, Osnir Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 29ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 11º Ed. São Paulo: Atlas. 2015.
- MARION, José Carlos. DE IUDICIBUS, Sérgio. **Contabilidade Comercial**. Editora Saraiva, 2010.
- LUNELLI, Reinaldo Luiz. **Análise de balanço e demonstrações Financeiras**. 1. Ed. Curitiba: Portal Tributário, 2008.
- SOUZA, Sérgio Adriano. **Contabilidade geral 3d**. 3. Ed. Salvador: Juspodvm, 2016.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. **Contabilidade introdutória: equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- REGO, Erik Eduardo. **Proposta de aperfeiçoamento da metodologia dos leilões de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado:**

aspectos conceituais, metodológicos e suas aplicações. 2012. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VICECONTI, Paulo. NEVES, Silvério das. **Contabilidade Básica**. 17º Ed. São Paulo: Saraiva, 2017

BRASIL. Lei n. 6.404/76, 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm>. Acesso em: 21 Jun. 2021.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BRASIL). Área de Planejamento Estratégico. Departamento de Pesquisa Econômica(Org.). Relatório de efetividade 2019. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2020. 109 p.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Comercial Fácil**. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio. MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial: atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GELBCKE, Ernesto Rubens et al. **Manual da Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de; et al. **A análise das Demonstrações Contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações**. Revista Eletrônica: Gestão e Negócios, V. 1. nº 1. 2010.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Demonstrações Separadas**. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/363_CPC_35_R2_rev%2007.pdf. Acesso em: 10 agosto de 2021.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Apresentação das demonstrações contábeis**. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2014.pdf. Acesso em: 10 agosto de 2021.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações**

contábeis. Disponível em:
[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Acesso em: 10 agosto de 2021.

VELASCO Jr, L. Privatizações: Mitos e falsas percepções. A economia Brasileira nos anos 90, p. 183-216. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanço**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1980.